



ACÓRDÃO Nº1008/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1463/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - MANAUSMED
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** ROBERTO VALIANTE DE SOUZA (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 85560.06072016.0, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta do Município de Manaus. Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - MANAUSMED. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Inabilitação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, itens 3 e 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do senhor Roberto Valiante de Souza, Diretor Executivo e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal, considerando as irregularidades “1.1”, “2.1”, “3.1”, “3.2”, “3.3”, “3.4”, “4.1” do Relatório Conclusivo da Unidade Técnica;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao senhor Roberto Valiante de Souza, Diretor Executivo e Ordenador de Despesas, exercício de 2014, no valor de 13.000,00 (treze mil reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e regulamentares, considerando as irregularidades “1.1”, “2.1”, “3.1”, “3.2”, “3.3”, “3.4”, “4.1” do Relatório Conclusivo da Unidade Técnica, que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ.



ACÓRDÃO Nº1008/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.3.** Considerar o senhor **Roberto Valiante de Souza**, Diretor Executivo e Ordenador de Despesas, exercício 2014, inabilitado por 05 anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 56 da Lei Orgânica-TCE/AM;
- 9.4. Determinar** ao Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus - Manausmed, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- a) Observe o disposto no art. 60 da Lei federal nº 4.320/64 que veda a realização de despesa sem prévio empenho, evitando dessa forma a inconsistência e desconsideração dos demonstrativos contábeis por esse Tribunal;
 - b) Dê cumprimento ao Plano Diretor, conforme estabelecido na alínea “b” do inc. II da cláusula décima quarta do contrato de Gestão;
 - c) Dê cumprimento ao disposto no art. 39 do Regimento Interno do Órgão acerca das atribuições de controle interno;
 - d) Dê publicidade no Diário Oficial do Município dos orçamentos anuais, conforme previsto nos incisos I a IX da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão;
 - e) Constitua a contabilização mensal da figura de “Provisão” ou “procedimento correlato” de forma a evidenciar com transparência (art. 1º, § 1º da LRF) o seu passivo frente aos prestadores de serviços, em atenção, aos princípios contábeis da oportunidade e competência;
 - f) Evite a pratica de desvio e acúmulo de função;
 - g) Dê cumprimento com o disposto na alínea “i” do art. 14 do Regimento Interno do MANUAUSMED que estabelece a obrigatoriedade de emissão de “Parecer Atuarial” sobre a capacidade do Planos de Custeio para dar cobertura ao Plano de Saúde;
 - h) Faça estudo quanto a economicidade da locação de veículo



ACÓRDÃO Nº1008/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

frente à aquisição de veículos próprios;

- i) Que o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão cumpra o determinado na cláusula quarta do contrato de gestão que atribui a responsabilidade ao Gestor dessa pasta de exercer a supervisão do MANAUSMED;
- j) Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10 - Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11 - Data da Sessão: 13 de Dezembro de 2016

12 - Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1 - Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral